



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 170/00

SÚMULA: *Dispõe sobre o Sistema de Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

CAPÍTULO I

DA AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE

Artigo 1º - Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, estarão sujeitos ao cumprimento de estágio probatório, para aquisição da estabilidade.

Parágrafo 1º - A aquisição da estabilidade dar-se-á após cumpridos 03 (três) anos de efetivo exercício e se considerando apto o servidor, ficando este submetido à Avaliação Especial de Desempenho, a qual será realizada no decorrer do período de Estágio Probatório, observados os demais requisitos dispostos nesta Lei.

Parágrafo 2º - Para os efeitos do parágrafo anterior, não serão considerados como de efetivo exercício, os dias em que o servidor afastar-se do trabalho, nas seguintes hipóteses:

- I** - falta injustificada;
- II** - licença à gestante;
- III** - licença-paternidade;
- IV** - licença para frequentar cursos;
- V** - licença para fins de adoção;

- VI** - licença por motivo de afastamento do cônjuge;
- VII** - licença para tratamento de interesses particulares;
- VIII** - licença para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família;
- IX** - prisão para apuração de responsabilidade em crime e/ou por condenação;
- X** - candidatura a cargo eletivo;
- XI** - prestação de serviços considerados obrigatórios por lei;
- XII** - disposição funcional a órgão ou entidade da União, do Distrito Federal, do Estado e de outros Municípios;
- XIII** - nos recessos administrativos.

Artigo 2º - Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do servidor será cumprido, independentemente, em relação a cada um dos cargos em que tenha sido nomeado.

Artigo 3º - O tempo de exercício de outro cargo público não exime o servidor do cumprimento do estágio probatório no novo cargo.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO

Seção I

Das Normas Gerais

Artigo 4º - A Avaliação Especial de Desempenho para servidores em estágio probatório, tem por propósito aferir a aptidão do servidor para o desempenho de suas atividades no serviço público municipal, considerando os resultados obtidos pelo mesmo, face os objetivos almejados pela Administração Municipal.

Parágrafo Único - A avaliação será realizada por Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, com a adoção de critérios específicos, a serem dispostos em regulamento.

Artigo 5º - A Comissão de Avaliação de Estágio Probatório será designada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 6º - Os critérios de avaliação do período de estágio probatório, serão aferidos anualmente, sendo a data de início da avaliação, correspondente à data de início do exercício no cargo público, pelo servidor.

Artigo 7º - A Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é responsável pelo acompanhamento do desempenho do servidor no trabalho efetivo, devendo pronunciar-se quanto ao atendimento, pelo mesmo, dos critérios específicos estabelecidos.

Artigo 8º - A data da conclusão da última Avaliação Especial de Desempenho antecederá em 30 (trinta) dias, àquela prevista para aquisição da estabilidade pelo servidor.



Parágrafo Único - Independentemente da conclusão da respectiva avaliação, a aquisição da estabilidade pelo servidor somente ocorrerá após o transcurso do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 1º desta Lei, podendo, se verificado qualquer fato determinante, no interstício referido no "caput", ser realizada avaliação adicional com vistas ao encaminhamento deste para exoneração.

Seção II

Do Instrumento de Avaliação

Artigo 9º - Os critérios da Avaliação Especial de Desempenho para os servidores em estágio probatório serão aferidos em instrumento próprio e individual, disposto em regulamento, a ser preenchido pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Parágrafo 1º - O instrumento deverá, ao final, conter as assinaturas de todos os membros da Comissão, bem como a do servidor avaliado, atestando a ciência do resultado final.

Parágrafo 2º - Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, será esta cumprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor.

Seção III

Dos Parâmetros de Aferição

Artigo 10 - O "RESULTADO FINAL" da Avaliação Especial de Desempenho do período, será obtida pela combinação dos "CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO" com os "INDICADORES", aplicando-se tabela de pontuação prevista no regulamento.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 11 - Caberá à Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, definir diretrizes, coordenar, acompanhar, monitorar e atualizar o sistema de Avaliação Especial de Desempenho.

Artigo 12 - Competirá à Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, avaliar o servidor na execução do seu trabalho efetivo, no prazo de 30 (trinta) dias, ao final de cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício, exceto a primeira, que deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da regulamentação da presente Lei.

Artigo 13 - Verificadas e apontadas infrações disciplinares ou, ainda, declarada, pelo órgão médico-pericial do Município, a incapacidade definitiva do servidor para o exercício de suas funções, a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório deverá proceder o encerramento antecipado da avaliação e o encaminhamento dos documentos hábeis à Assessoria Jurídica, para adoção das medidas cabíveis.

Artigo 14 - Caberá ao Departamento de Recursos Humanos participar do processo de monitoramento e avaliação dos resultados do Sistema de Avaliação Especial de Desempenho para os servidores em Estágio Probatório.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DE EXONERAÇÃO

Artigo 15 - Verificando-se, a qualquer tempo, resultado final da Avaliação Especial de Desempenho "NÃO APTO, ENCAMINHAR PARA EXONERAÇÃO", deverá a Assessoria Jurídica instaurar o processo de exoneração do servidor.

Parágrafo Único - O processo de exoneração deverá conter todas as avaliações anteriores e a ficha funcional do servidor, bem como relatório circunstanciado assinado por todos os membros da Comissão de Avaliação, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração.

Artigo 16 - Após os procedimentos cabíveis e concluindo-se pela exoneração do servidor, o processo será remetido ao Chefe do Executivo, para decisão.

Parágrafo Único - A instauração do processo pela Assessoria Jurídica suspende o prazo previsto no Parágrafo 1º do Artigo 1º desta Lei.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17 - A presente Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 18 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2000.


EDISON MENDES DE CAMPOS
Prefeito Municipal